

SIMP: 000005-067/2020

ATA DE AUDIÊNCIA

No dia 15 de junho de 2023, às 09h00min, foi realizada audiência pública na sede da Câmara Municipal de Ilha Grande-PI, nos autos do PA 000005-067/2020, para tratar sobre a atuação do CMDCA do município.

No ato, estiveram presentes, o Promotor de Justiça Titular da 3ª Promotoria de Justiça de Parnaíba-PI, Dr. Ruszel Lima Verde Cavalcante, o Assessor de Promotoria, Sr. Arthur Lira, o Sr. Jorge Cruz, Secretário da SEDESC, a Sra. Rosa Maria, Diretora da Escola Municipal Santos Souza, A Sra, Maria do Amparo, o Sr. Felipe Ribeiro, a Sra. Damiana Lima, o Sr. José Ricardo, a Sra. Mara Cristina, que são Conselheiros Tutelares, a Sra. Sueli Maria, representante da Escola Raio de Luz, a Sra. Maria Glenda, representante do Sindicato dos Pescadores Artesanais de Ilha Grande, a Sra. Francileide Maria, Coordenadora Pedagógica da Unidade Escolar Marocas Lima, a Sra. Cláudia Maria, Diretora da Escola M. Sertão, a Sra. Ângela Maria, Secretária de Educação, o Sr. João Batista, da Secretaria de Saúde, o Sr. Dieson de Oliveira, representante da Escola Municipal Dom Paulo Hipólito, a Sra. Joana Darc, Coordenadora da Escola Municipal João Batista Costa, a Sra. Maria do Socorro, representante da Creche Matilde Santos Furtado, a Sra. Tânia Mara, que é membro do CMDCA e funcionária da SEDUC, o Sr. Alex Lauriano, membro do CMDCA, o Sr. Francisco da Silva e a Sra. Lucilene Monteiro, ambos representantes da Unidade Escolar Jonas Correia.

A audiência teve como escopo a advertência de que os membros do CMDCA devem atuar, pois estes são considerados funcionários públicos, de acordo com o Código Penal, e estão sujeitos a pena, em caso de crime de prevaricação. Ademais, se faz necessário que a municipalidade atue, através do conselho, nos problemas enfrentados por todas as crianças e adolescentes, em caso de vulnerabilidade e violação de direitos, uma vez que eles são os responsáveis pelas políticas públicas.

O representante ministerial falou, ainda, que é preciso que eles leiam o estatuto do CMDCA, que leiam o ECA, para que conheçam a realidade legal e assim possam atuar na realidade fática.

A presidente do CMDCA pediu a fala, e relatou que realizou visita nas escolas do município para fazer um levantamento e saber como estava o comportamento dos adolescentes, e descobriu que os gestores das escolas não sabiam o que é o CMDCA, apesar de este ter sido criado na mesma época do Conselho Tutelar, de modo que esta conversou com a assessora do promotor de justiça, para que pudesse ter a autorização para convidar todos os diretores de escola a participarem da audiência pública.

O Promotor de Justiça reforçou a fala da presidente do CMDCA, relatando a importância do engajamento da rede escolar junto ao conselho de direitos para a solução dos problemas mais variados que enfrentam as escolas, como bullying, abuso sexual, depredação de patrimônio.

Alguns professores até pediram orientação sobre como atuar quando verificarem alguns desses casos de atos infracionais, e o representante ministerial respondeu que eles devem comunicar a polícia para a instauração do devido processo legal para apurar a prática do ato infracional.

Desta forma, foi encerrada a audiência pública.

Parnaíba (PI), 19 de junho de 2023.

Ruszel Lima Verde Cavalcante
Promotor de Justiça

